



O HIATO ENTRE A ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL E UM PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INTE(GRADO)IRADO; A QUESTÃO NORDESTE
netoorla@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL-Desenvolvimento Rural, Territorial e regional
RAIMUNDO PEREIRA AMARAL; CÍCERO ALVES SANTOS.
UFRN-PPECO, NATAL - RN - BRASIL.

O HIATO ENTRE A ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL E UM PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INTE(GRADO)IRADO;
A questão Nordeste.

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

Resumo

O atual modelo nacional de crescimento econômico repercute em políticas regionalmente estruturadas pela polarização do espaço econômico e pelo poder das especificidades locais, agravando as desigualdades regionais ao concentrar espacialmente as forças de atração do capital. O objetivo deste artigo é analisar a evolução histórico-estrutural, da lacuna existente entre o crescente processo de especialização regional e o distanciamento de um plano de desenvolvimento regional integrado a nível nacional. A metodologia empregada compreende uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório incluindo livros, textos e artigos publicados, com a pesquisa, observou-se, entre outros fatos, que ideologicamente assimiladas pela hegemonia da maior liberalização, desregulamentação e desnacionalização, as políticas regionais fragmentaram-se em meio ao esvaziamento estatal e o enaltecimento do poder local.

Palavras-chaves: Hiato, Regional, Plano, Integrado, Desenvolvimento.

Abstract

The current model of national economic growth reflected in policies regionally structured by the polarization of economic space and the power of the specific locational, aggravating regional inequalities to spatially concentrate the forces of attraction of capital. The aim of this paper is to analyze the historical and structural evolution of the gap between the growing process of regional specialization and the detachment from a regional development plan integrated nationally. The methodology used includes a bibliographic research exploratory including text, books and published articles in the research, noted, among other facts, which ideologically assimilated by the hegemony of further



liberalization, deregulation and denationalization, regional policies have weakened through the emptying state-owned and enhancement of local power.

Key Words: Hiatus, Regional, Plan, Integrated Development.

1. INTRODUÇÃO

Com a introdução das políticas neoliberais no Brasil, a partir da década de 1990, aviva no país um rico debate sobre a Questão Regional sob forte efeito do debilitamento financeiro estatal em várias de suas esferas. No entanto, com o desenvolvimento da chamada Ciência Regional, durante a década de 1950, importantes contribuições teóricas das escolas norte-americana e francesa exerceram forte influência no pensamento latino-americano, em especial no Brasil, a cerca das questões relacionadas aos problemas de desequilíbrios regionais. Holland (1976;1979), destaca que há uma inadequação teórica da “escola neoclássica regional” em aprofundar os problemas regionais no tocante ao processo histórico do desenvolvimento capitalista

No Brasil, temos importantes contribuições a cerca do debate regional, Wilson Cano se insere como integrante ativo, do seletor grupo de pesquisadores que estudam, com profundidade, os problemas regionais e urbanos deste país, em *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (1977) e *Desequilíbrios regionais e concentração industrial do Brasil* (1985), inicia uma longa trajetória dedicada à temática dos problemas regionais, sem nunca se afastar das questões sociais e dos ensinamentos de Celso Furtado, ressaltando, com proeminência, a emergência das políticas redistributivistas no alinhamento do desenvolvimento brasileiro.

Furtado (1959) na obra magna *Formação Econômica do Brasil* realiza uma gênese, desde o período colonial, da consolidação das disparidades regionais no desenvolvimento do País, e em seu livro de memória *Fantasia Desfeita* (1989), saúda os leitores com uma avaliação crítica das políticas regionais, revisitando sua experiência na implantação da estrutura administrativa que coordenou a implantação da política regional para o desenvolvimento do Nordeste.

O presente estudo será respaldado pela análise que inferi as questões regionais como sendo articuladas a um plano nacional, com isso, a “Questão Nordeste”, se enquadra no entendimento histórico e estrutural de como se processam as relações inter-regionais e a formação das bases produtivas regionais. Em que relações de produção de assentaram as economias regionais, especialmente a nordestina? Será que essa formação fora decisiva, por exemplo, para o comprometimento da expansão do mercado interno e o agravamento das disparidades regionais?

O alcance das políticas públicas no Nordeste esbarra na estabilidade das instituições que perpetuam o poder político na região, representado por grupos de interesses conflitantes aos da sociedade, o que significa manter uma realidade inerte, longe de transformações mais bruscas nas bases que estruturaram a consolidação dos interesses das classes dominantes, “é difícil exagerar com respeito ao Nordeste do Brasil. Aí tudo escapa



a explicações fáceis. Desde os seus primórdios, tudo se apresenta como definitivo, com os traços básicos que persistiriam por séculos” (Furtado, 1989).

Outros questionamentos serão apreciados no estudo proposto, como o processo de despolitização pública e a “crescente especialização das economias regionais” (PACHECO, 1998), contudo, acrescenta-se também ao debate questões pontuais, como o centralismo fiscal, o federalismo, a crise do endividamento estadual. Acirra-se a “guerra” entre os estados, esfacelando a tentativa de criação de uma unidade nacional para o desenvolvimento integrado, conceitos como o de “cidade competitiva”, “cidade global”, do poder local alçado em arranjos produtivos dará exagerada ênfase aos aspectos microeconômicos.

Para a discussão relacionada ao centralismo fiscal e as nuances do federalismo, relacionamos as contribuições de Mora (2002) e Lopreato (2000), um vasto estudo apontando para o debilitamento de Estado nacional e das políticas de desenvolvimento regional. Brandão (2007) em *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*, chama a atenção para o chamado “pensamento único localista”, que converge para a consolidação de conceitos como Cidades-Região, Cidades Mundiais, Capital Social, clusters ou arranjos produtivos locais com eficiência coletiva – apls, vistos como recurso principal de muitas ações governamentais atualmente.

2. A face do desequilíbrio nordestino.

A estruturação espacial se processa sob a forma de como a acumulação capitalista delinea o macroespaço nacional, isto requer entender as desigualdades regionais como fator inerente ao processo. As seqüelas sócio-econômicas dessa relação anseiam por políticas estruturantes e reformas de base integradas aos interesses nacionais, incondizentes com a possibilidade de organização do espaço nacional por mecanismos de mercado, somente. Entendendo que as políticas estruturantes e as reformas de base, por suas grandezas, requerem um maior preenchimento por parte do Estado, torna-se indispensável pensar da mesma forma quando projetamos uma política nacional de desenvolvimento integrado.

Uma política de Estado mínimo, de ideologia neoliberal, apoia-se na idéia de eficiência por parte maior das forças de mercado na condução das políticas de desenvolvimento regional, estas planejadas para o rastreamento de áreas estratégicas especializadas em vantagens dinâmicas¹, Oliveira (2004) vai mais além o

Estado mínimo esconde, na verdade, um Estado máximo, que opera o controle da força de trabalho rebaixando o estatuto dos direitos e propiciando as condições institucionais para a elevação da taxa de exploração; e de outro lado é uma forma de capital-financeiro para o capital mundializado, através das isenções, subsídios e toda sorte de incentivos. (OLIVEIRA, 2004, p. 7-8)

¹ No sentido de condições físicas que facilitem a localização das empresas, infra-estruturas necessárias para a otimização das redes de transporte e comunicação, apropriação das bases constitutivas dos complexos de produção territorial, fonte explicativa das diferenças nas dinâmicas territoriais.

Uma política de desenvolvimento regional entrará no âmbito de uma política nacional que converge e se integra aos interesses de um plano nacional para o pacto desenvolvimentista, as estruturas e agentes sócio-econômicos da periferia se relacionam com as estruturas e agentes sócio-econômicos do centro, a região surge como um produto das relações inter-regionais não desvinculadas da dimensão das relações sociais.

O aprofundamento dessa discussão e dos prováveis efeitos dessa relação levou a um conceito vinculado ao desequilíbrio periférico, notadamente o nordestino, é o de um suposto “imperialismo paulista”, aonde São Paulo cresceu, até certo ponto, beneficiando-se do excedente periférico. Mecanismos diferenciais de taxas de câmbio, tarifas e preços insinuam uma transferência de renda da periferia em direção a São Paulo e que em virtude dessa supremacia paulista, os governos regionais voltaram-se para políticas locais com evasão para o mercado exterior, respaldadas por um processo contínuo de especialização regional precarizado pelo endividamento estadual.

A caracterização de uma relação centro-periferia, para nações constituídas politicamente, referenda todo, ou parte, dos parâmetros descritos acima, no entanto, “nos marcos internos de uma nação, sem fronteiras políticas e alfandegárias internas, esse problema se torna complexo e não se pode apontar um suposto imperialismo interno sem precisar seus termos” (CANO, 2007, p.31).

A cautela faz-se pontual para esse propósito, pois estamos analisando espaços no interior de uma nação, desprovido de fronteiras políticas e econômicas, complexando sobremaneira as apreciações desse estudo. Poderíamos imaginar que

Não há região pobre, há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferencialmente no espaço. (LIPIETZ, 1988, p. 29).

A afirmação acima deve ser ponderada para os contrastes do caso Brasileiro. Antes de tudo, São Paulo não repousa em um mar de prosperidade, há que se notar, inclusive, a manifestação evidente de deseconomias de aglomeração nas áreas de saturação urbana, resultado da macrocefalia paulista, com agravamento da questão social, como a favelização e a violência.

Questões ambientais envolvendo a degradação e o maior arrojo na fiscalização, assim como o custo dos aluguéis, proporcionaram a interiorização da atividade produtiva paulista com inversões em infra-estrutura de base (ferrovias, rodovias, centros de pesquisa, etc), gerando um divisor de águas, em termos nacionais, para uma eficiente complementarização da atividade produtiva local. Importantes centros tecnológicos em Campinas e São José dos Campos intercalam outros setores em um sofisticado complexo de encadeamentos produtivos.

Na questão Nordeste envolvendo um suposto imperialismo paulista redentor de seu atraso, vários questionamentos foram levantados como o favorecimento paulista na política de preços internos. Sabe-se que o Nordeste fundamentou sua economia, durante muito tempo, em *comodities* internacionais com baixo nível de produtividade interna, como o açúcar e o algodão.

Estudos do GTDN indicavam que “o desenvolvimento do Nordeste vinha recebendo seu impulso básico do setor exportador: os produtos primários (algodão e açúcar) sempre estiveram sujeitas às variações do mercado internacional e ao declínio secular dos preços” (CARVALHO, 2001, p.50), e que ao concorrerem internamente, sua margem de lucro depreciava, Como

Há muito tempo, é o mercado internacional – vale dizer, as grandes empresas capitalistas – que taxa os preços de determinados produtos, como o algodão, ou o açúcar ou a fibra de náilon ou o lingote de aço. Tais preços internacionais servem de parâmetro para a fixação de seus similares em cada país produtor, seja ele desenvolvido ou não. (CANO, 2007, p. 31-32)

Alguns desses produtos são velhos conhecidos da economia nordestina como o algodão e a açúcar, e que há uma tendência “natural” para o alinhamento dos preços praticados no mercado interno aos preços vigentes no mercado externo, e quanto mais internacionalizada e integrada for a economia, mais forte será esse mecanismo de ajuste.

O fato é que, se, por exemplo, compararmos duas regiões produtoras de açúcar no mercado interno, e ambas as regiões apresentarem diferentes níveis de produtividade e custos para produzir o açúcar, torna-se factível que a região ganhadora será aquela que conseguir conciliar alta produtividade, baixo custo e preços menores que os praticados no mercado externo, com isso, a margem de lucro aumenta com o alinhamento aos níveis externos de preço.

Com a divulgação do diagnóstico do GTDN apontando o agravamento do desequilíbrio entre o Nordeste e o Centro-sul, especialmente São Paulo, os estudos relacionados ao chamado “imperialismo interno” ganham corpo, levantando prováveis *transferências inter-regionais privadas de capital no sistema financeiro*², como depósitos, aplicações, empréstimos e etc.

Essa argumentação fere as estatísticas do movimento bancário no país, havendo detecção de relações empréstimo/depósitos bem mais altas na periferia nacional se comparadas com São Paulo, não representando desequilíbrios consideráveis no plano nacional, o

Exame da relação empréstimos-depósitos nas diferentes unidades da federação não apresentavam sinais de desequilíbrios importantes, ao mesmo tempo que o Banco do Brasil sempre canalizou para muitas regiões recursos financeiros superiores às disponibilidades locais. (CANO, 2002, p. 133)

Vale lembrar que até fins da década de 50 o sistema bancário nacional se fazia bastante precário, portanto trata-se de um argumento com sua complexidade, carecendo de maior atenção.

Outro argumento referenda *problemas cambiais, de importações subsidiadas*³ para a indústria, alega-se deterioração dos preços das exportações nordestinas no exterior e no mercado interno. O argumento apresenta fundamento, apenas lembrando que estamos

² Ver Wilson Cano (2002, p. 132-133), *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*.

³ Idem

falando de entes federativos, havendo incongruências para a adoção de taxas cambiais diferenciadas regionalmente, o simples “aumentar de preço” certamente encareceria a aquisição dessas exportações, tornando-as pouco competitivas com as produções de destino (mercado interno ou exterior), especialmente no caso em que o Nordeste é o exportador, e os produtos apontam menores ganhos em produtividade, como o caso do algodão e o do açúcar, seria uma espécie de

Perda na relação de preços de intercâmbio. Portanto, não se expressa em fluxo monetário. A rigor, não se trata de uma transferência de renda e sim de uma baixa de produtividade de caráter econômico.⁴

Quanto aos subsídios às importações industriais, podemos dizer que carece de maior investigação, pois sua adoção necessariamente não se restringia a uma região específica.

Um terceiro argumento surge, alegando que com o superávit da periferia nacional, resultado do seu comércio com o exterior, São Paulo financia seu déficit externo e seu ganho de concentração. Devemos precisar espacialmente a avaliação dessa argumentação, ao certo, o que podemos afirmar é que durante 50 anos (1900-1950) São Paulo mostra-se superavitário com o exterior, concentrando um pouco menos da metade da indústria nacional, saltando para 55,6% entre 1951-1959 (CANO, 2007, p. 33-34), Nesse período, durante cinco anos, São Paulo e periferia nacional foram deficitários, em um ano, ambos superavitários nas contas externas, e nos outros três anos há um “desequilíbrio” entre o déficit paulista e o superávit da periferia nacional, com o déficit paulista superando e muito o superavit periférico, não incorrendo em total financiamento pela periferia. Desse modo, poderíamos nos perguntar como o pequeno superávit da periferia nacional poderia está financiando o déficit externo e a introversão da concentração paulista neste período.

CANO (1998) faz uma análise da balança comercial (1901-1930) utilizando dois segmentos e duas regiões, o comércio de São Paulo com o exterior e com o resto do país e o comércio do resto do país com o exterior e com São Paulo. Os saldos comerciais estão em milhões de contos de réis:

	São Paulo	Brasil-São Paulo
1. Saldo no comércio exterior	12,0	-1,5
2. Saldo no comércio entre as duas “regiões”	-1,7	1,7
3. Saldo Líquido (1 + 2)	10,3	0,2

Fonte: Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. (WILSON CANO, 1998, p.94).⁵

Verificamos que a análise dos saldos comerciais de São Paulo e da Periferia aponta mais para uma compensação periférica de suas trocas negativas com o exterior via comércio com São Paulo, do que propriamente um crescimento paulista acompanhado de

⁴ Cf. BRASIL. Ministério do Interior. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN (1967, p.30).

⁵ As fontes utilizadas para a aplicação dos coeficientes de estimação podem ser consultadas no Apêndice Estatístico de *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*.



expropriação periférica, pois São Paulo é superavitário, nesse período, com o exterior, e deficitário com a periferia.

Para complementar essa argumentação, vale salientar que o Rio de Janeiro, por exemplo, passou por décadas de expressivo déficit, comparados aos de São Paulo, e, no entanto, sua indústria não se equiparou ao avanço do complexo industrial paulistano.

Não faltaram estudos e propostas para a questão do desequilíbrio no Nordeste, porém questões como a irrigação, por sinal, muito bem programada pelo GTDN através do projeto de lei de irrigação que “era a primeira iniciativa séria, de que havia registro, visando modificar as bases da ordem social em que assentava aquele quadro de estagnação e miséria” (FURTADO, 1989, p.64), acabaria contrariando os interesses das oligarquias rurais regionais, coagindo o governo a embargá-la na contenção de medidas progressistas relacionadas à terra. Ficaram como herança os estudos técnicos de solos e um importante projeto piloto no vale do São Francisco.

FURTADO (1989) ressalta;

Se me fosse dado escolher, começaria por contestar a utilização das terras úmidas do litoral, secularmente monopolizadas pelos latifundiários do açúcar. Bastaria que parte dessas terras fosse destinada à produção de alimentos, e teríamos uma melhor base para projetar atividades criadoras de empregos urbanos. Mas a constituição vigente fechava todos os canais de acesso a um começo de reforma agrária. (FURTADO, 1989, p. 62).

O pacto tecnológico na cultura da cana-de-açúcar, que a princípio interessaria aos usineiros, e tinha por mérito ganhar terreno na questão da formação de um mercado interno, com elevação da melhoria nas relações capitalistas de produção, tornou-se mais uma esguelha desta oligarquia. Com a mecanização “poupadora” de terras, abrir-se-ia o campo para a reforma agrária nas terras úmidas da zona da mata, mais uma sinecura para as oligarquias locais.

A partir de 1962 diante da *crise cubana*, os americanos imprimem o embargo a Cuba, o preço do açúcar sobe e os usineiros intensificam a centralização produtiva na atividade açucareira, desviando dos objetivos do progresso tecnológico e das melhorias técnicas.

Fracassou também a colonização no Maranhão, a área dos assentamentos já estava povoada precariamente por uma multidão de miseráveis (entre 50 a 60 mil), uma população subsistindo em meio a condições extremas, sem trabalho, famintos e doentes. Diante dessa situação, a SUDENE adotará o assistencialismo, uma tentativa emergencial de amenizar a gravidade do quadro de degradação humana. Adia-se a colonização nessa região.

Com o projeto de industrialização calcado na *política de substituição regional de importações*, os avanços foram mais expressivos, mas uma aproximação regional de uma política cepalina de substituição de importações, segundo seus proponentes, deveria ser feita utilizando um mecanismo precário, que compensasse a ausência de fronteiras regionais protegidas por barreiras tarifárias ou não, como os incentivos fiscais e financeiros.

Para o comércio entre São Paulo e Nordeste, atribui-se aos diferenciais de preço e produtividade, uma relação unívoca, que explica, em parte, a baixa apropriação nordestina do “progresso industrial”. Admitimos a complexidade do assunto e o transbordamento da análise para muito além daqui, sabendo bem, que estruturalmente, o comércio entre as duas regiões se engendra, com a superioridade dos manufaturados nas exportações paulistas para o Nordeste, e de alimentos e matérias-primas nas exportações nordestinas para São Paulo.

Por trás dessa relação, se processou uma desigual estrutura produtiva, em São Paulo, o avanço da atividade produtiva será igualmente encampada pela apropriação de terras, e a marcha para o Oeste na busca por melhores terras, será acompanhada pelo processo de diversificação da atividade agrícola, orientando a produção para produtos tipo exportação, ao passo que no Nordeste, predominou a monocultura extensiva do açúcar.

Os desdobramentos dessa parábola nacional vão aguçar o senso de desequilíbrio entre as duas regiões, desmistificando um suposto *imperialismo paulista sanguessuga* pela oposição entre a manutenção de uma vocação produtiva conservadora no Nordeste e o recrudescimento de uma vocação produtiva dinamizadora em São Paulo, calcada em relações de produção capitalistas promotoras da motivação interna de mercado.

Entendemos que a explicação para o desequilíbrio nordestino, longe de ser extemporâneo, concentra-se nas vicissitudes e idiosincrasias da própria região, mas não somente nela. De antemão, constata-se uma insuficiência crônica de haver, por exemplo, um transplante das condições histórico-estruturais em que se deu a evolução das forças e da base produtiva paulista no Nordeste. Reforçamos que

Parte importante das causas da miséria regional devia ser procurada no âmago e na história da própria região. Na herança regional de suas economias exportadoras, na marginalização do povo, por suas elites, na estrutura concentradora da propriedade e da riqueza, no mandonismo político local e regional e, notadamente, nas representações políticas das regiões mais atrasadas junto ao Congresso Nacional, em geral de extremo conservadorismo. (CANO, 2007, p.17)

No Nordeste, predominaram retrógradas relações produtivas no campo, com grave deficiência na evolução e reprodução das relações capitalistas de produção, em uma formação econômica arraigada no capital mercantil, e na oferta elástica de terras e mão-obra, promovendo fraca motivação do mercado interno. A alta concentração e o rentismo da terra foi mitigando seu acesso e a formação de um excedente agrícola, financiador de setores que locupletam a economia.

Diferentemente do complexo cafeeiro paulista, na qual houvera a iniciativa dos fazendeiros para projetos de infra-estrutura, estes, canalizados em ferrovias e rodovias, com dinamização do escoamento produtivo através da criação de corredores de exportação e ampliação de novos mercados, em um bem articulado processo de encadeamento produtivo, no Nordeste das oligarquias agrário-mercantis reacionárias, ligadas às atividades do algodão, da pecuária e do açúcar, apenas havia a perpetuação da concentração de poderes pela posse e uso ignóbil da terra. Temos que nas



Unidades produtivas, tanto na economia açucareira como na criatória, tendiam a preservar sua forma original seja nas etapas de expansão seja nas de contração. Por um lado o crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade. (FURTADO, 1998, p.61)

Comandava as oligarquias rurais, uma economia que até 1930 apresentava tênues laços e entrelaces com o mercado nacional, repousando no escravismo, ou quando muito, em débeis relações de trabalho assalariado, como fausto dessas atividades. Conservaram as oligarquias, incólumes, sobretudo, as relações pré-capitalistas de produção, predominando o sistema de parcerias (meeiros e posseiros), fenecendo a acumulação e a própria reprodução do capital na região.

Algumas das mais graves mazelas regionais, ou mesmo nacionais, adormecem na questão fundiária e no descumprimento de reformas que deveriam ter sido feitas em âmbito político, e que, paradoxalmente, padeceram pelo caráter progressista de suas medidas, fora assim no Nordeste com o diagnóstico do GTDN e as proposições que se seguiram.

No Nordeste, a captura do estado pelas oligarquias, gerou conflitos de interesses entre os vários planos de reordenamento econômico e social da região, mas seguia a estabilidade institucional como melhor forma de atender aos interesses dos representantes das oligarquias rurais regionais, agora, travestidos, habilmente, de homens públicos em várias esferas do poder, ou “apadrinhados” por grupos político-econômicos locais alinhados aos seus interesses. Em uma retrospectiva histórica coloca HOLANDA (1995) que

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram os filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio. (HOLANDA, 1995, p.73)

Em São Paulo, a amplitude do seu mercado, alavancou a atração, e posteriormente, a concentração da indústria de bens de consumo durável e de capital. Durante a década de 20, com as políticas intervencionistas estatais e um processo virtuoso de integração das economias regional e nacional, São Paulo acentua sua concentração através da modernização da indústria produtiva de bens e salários, e baliza sua concentração na década de 50 com o advento da industrialização pesada.

A partir daí, nas quatro décadas seguintes, os estudos sobre as disparidades regionais irão ser reduzidos e uniformizados à promoção do desenvolvimento nordestino protagonizado pelo Estado, com o emprego do planejamento como panacéia de incentivos ao avanço na implantação de infra-estrutura.

No transcórrer das duas últimas décadas do século XX, a reversão do paradigma de intervenção, consubstanciada na gradativa instauração do neoliberalismo como modelo predominante, tem sua extensão apropriada pelo capital privado, abrindo uma lacuna na forma de perceber a questão das desigualdades espaciais de desenvolvimento. Isto não

somente pela perda dos instrumentos de intervenção estatal, mas pela legitimação desta perda, com o deslocamento da problemática para outro campo, atendendo aos requisitos preconizados pelo movimento global das relações econômicas.

Os pressupostos levam para o tratamento da questão regional como fluxos que seguem caminhos no sentido local-global, a questão regional toma corpo mais pontual na proposição de uma menor dimensão espacial para alojar a inserção dos lugares no quadro mais geral da economia, seguido e atendendo ao movimento das relações econômicas globalizantes.

3. Crise do endividamento e esvaziamento estatal.

A reforma tributária de 1966 levará a uma conjuntura de concentração tributária em poder da esfera federal e perda de autonomia dos estados, nas áreas fiscal e tributária (LOPREATO 2000). O federalismo no país, até então, seguia a cartilha tradicional do centralismo fiscal, e poderia se imaginar que pelo fato do poder federal se colocar como concentrador de recursos, os estados poderiam se socorrer quando enfrentassem maiores dificuldades através do manejo de recursos próprios necessários para responderem a maiores gastos na fase expansiva da economia.

No entanto, para muitos, a contemplação dos interesses locais e regionais envolveriam “operações de crédito e fluxo de recursos federais (que) passaram a atender os gastos não cobertos com a poupança fiscal e foram usados na acomodação dos vários interesses em jogo.” (LOPREATO, 2000, p.7, grifo nosso).

Práticas como clientelismo, uso de influências e *lobbies*, não podem ser descartadas no jogo do favorecimento ilícito, pois nas portas fechadas do regime encontravam ambiente propício. Como a legislação assegurava forte poder discricionário na concessão de crédito, com forte poder alocativo desses recursos a juízo da união, os estados procuravam saídas, na verdade, paliativos.

Para responderem as demandas internas extras de crédito em suas administrações, os estados comumente recorriam a créditos externos, motivados pelo maior acesso ao mercado financeiro internacional, deu-se então o início do endividamento dos estados na década de 70, aonde, “aparentemente, o endividamento constituiu-se ao longo do tempo em um espaço privilegiado onde relações baseadas em poder real transcorreram, muitas vezes em detrimento da transparência.” (MORA, 2002, p.10)

A mudança da lógica no financiamento dos governos subnacionais, acentuou-se significativamente após 1975 com a ampliação do endividamento em detrimento da poupança fiscal. Segundo MORA (2002);

O endividamento estadual iniciou-se na década de 70 como alternativa a gestão tributária centralizadora, característica do governo militar. A Reforma Tributária de 1966 e a Reforma Administrativa de 1967 participaram do processo de esvaziamento político-econômico dos governos subnacionais. (MORA, 2002, p.10)



Com o enfraquecimento dos poderes locais via rolagem da dívida e a Retomada do impacto da crise externa durante a “década perdida”, a situação dos estados se agrava, como controlar o déficit público e ao mesmo tempo manter os gastos primordiais das administrações estaduais?

O estado nacional em plena crise de soberania, amarrado a políticas econômicas contracionistas, com altos juros, controle de crédito, câmbio valorizado e baixo crescimento, certamente não teria lastro suficiente para patrocinar um plano nacional integrado e solidário de desenvolvimento regional.

Esfacelado financeiramente, o estado nacional mergulhava em problemas crônicos na estrutura da balança de pagamentos, problematizando a questão da fiscalidade no país e da manutenção das inversões de longo prazo na medida em que concentrava empréstimos externos. Dando prosseguimento as políticas neoliberais, o estrangulamento estatal segue na década de 90 com o afastamento das reformas estruturantes e a agonização de estados.

O governo central dá início à reforma patrimonial e aos arranjos institucionais, objetiva não apenas o controle do endividamento, mas a reestruturação do setor público, garantindo mais acesso ao setor privado em setores de infra-estrutura e serviço. O esvaziamento da atuação do estado se torna nítido com o fortalecimento do capital privado embeberado na economia nacional como uma propalada fonte versátil de crescimento, seus investimentos alavancariam a competitividade econômica do país.

As privatizações em que “o governo, partindo da premissa de que é inviável manter o equilíbrio fiscal de longo prazo enquanto os estados tiverem acesso aos recursos das suas empresas e bancos, defende a reestruturação do setor público estadual como garantia da sustentabilidade das metas fiscais.” (LOPREATO, 2000, p.38). Diminuiriam, assim, os espaços econômicos demandadores de financiamentos e amenizaria a pressão sobre as contas fiscais.

O Estado reduzirá seu papel no contexto nacional diminuindo seu campo de ação ao se colocar como um administrador de crises com medidas preventivas, dando aos governos subnacionais maior autonomia. Trata-se de uma forma peculiar de federalismo, peculiaridade esta inserida em uma formação não motivada por conflitos originados de um processo histórico envolvendo poderes locais fortes, do conflito entre o anseio da autonomia dos entes da federação e a centralização imaneente ao governo federal.

Com o esvaziamento do aparelho estatal e o fortalecimento do capital privado na “era” neoliberal, uma política intervencionista e estruturante estatal, necessária a um resgate das políticas nacionais de desenvolvimento regional no país, vão se tornando intangíveis e de difícil reprodução. E na ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional, acirra-se a competição entre os estados para atração de empresas e investimentos mediante atrativos fiscais.

A política do “estado mínimo” fomentou a compartimentalização de políticas “autônomas” subnacionais com a exacerbação de arranjos produtivos locais, dando grande ênfase aos aspectos microeconômicos firmados na pequena e média empresa, Pacheco (1998). Trata-se da particularização e fragmentação das políticas regionais com o enaltecimento “eficiente” do poder local, a busca pela “cidade competitiva”, um crescente processo de especialização regional. Idealismos de mercado que deterioram não somente as políticas nacionais de desenvolvimento regional equitativo, mas, sobretudo, a questão

social no país, com o afastamento, ou mesmo esquecimento, das reformas e políticas públicas emergenciais.

A recorrência ao mercado para um estado capturado pelos interesses do capital privado nunca fora tão evidente no período neoliberal. A globalização, popularizada pela imprensa econômica neoliberal, funcionou como uma estratégia muito bem sucedida de marketing doutrinário do *mainstream*, uma ideologia hegemônica associada a maior liberalização, desregulamentação e desnacionalização, privilegiando, sobretudo, grandes grupos multinacionais⁶.

Com a idéia de que todos podem auferir ganhos provenientes dessa “cooperação” comercial internacional, países subdesenvolvidos como o Brasil adotam uma ampla (abrupta no Brasil) abertura comercial. O que prevalece são os critérios de eficiência das empresas transnacionais – as et’s – concentrando-se em regiões prósperas e privilegiadas, com pouca ou nenhuma preocupação para a redução das disparidades regionais, a tão sonhada complementarização e integração das economias regionais ficam em segundo plano para dar vazão, segundo Pacheco (1998), a uma indigesta especialização crescente da estrutura produtiva regional com ênfase ao comércio exterior, contribuindo assim para uma maior heterogeneidade e fragilização das bases econômicas das regiões mais pobres.

Ressalta Azzoni (1982), que evidenciaremos uma polarização da atividade econômica assumindo a forma de uma “desconcentração concentrada”, um espaço poligonal de forte tendência oligopolista que concentra as economias de aglomeração e o crescimento econômico, partindo de Belo Horizonte chegando a Porto Alegre. Outras regiões se assemelham a verdadeiras “ilhas de prosperidade” dispersas no macroespaço regional. Com a inclusão das áreas dinâmicas ou de modernização intensa nas outras regiões do país, constatamos um padrão nacional de especialização crescente da estrutura produtiva regional, se distanciando, em maior parte, do bem sucedido acoplamento industrial verificado na estrutura produtiva complementarizada da indústria paulista.

Com a deterioração crescente do poder decisório estatal para ações intervencionistas patrocinadoras de políticas estruturantes e redistributivistas, a política nacional de desenvolvimento regional esmigalha-se na competição entre os estados com a guerra fiscal, na ênfase microeconômica dada aos arranjos produtivos, na generalização de políticas compartimentalizadas de curto alcance, e “ao longo desse processo, aumentou também a deterioração técnica, política e econômica dos órgãos regionais de fomento (Sudam e Sudene), que acabaram por ser extintos.”⁷ (CANO, 2008, p.122). Temos um elo perdido na história econômica recente do país, que ao que parece, optou pela despolitização de sua estrutura sócio-econômica.

4. A panacéia do planejamento de mercado.

O Ministério da Integração Nacional – tem-se empenhado até 2004 na formação de planos regionais de desenvolvimento, os quais, a despeito de sua boa qualidade, estão completamente desgarrados do contexto macronacional,

⁶ Ver C. A. PACHECO, A questão regional brasileira pós 1980: A fragmentação da Nação.

⁷ No início de 2007, esses órgãos foram recriados pelas leis complementares nº 124 e 125, de 3.1.2007.

pela ausência de uma política nacional de desenvolvimento. (CANO, 2008, p.122).

Os fundamentos estruturais do planejamento como fonte mantenedora da reprodução do capital em larga escala e sua disposição em manter uma estabilidade indissociável do poder de barganhar mais espaço relaciona-se cada vez mais a imposição do capital pela desterritorialização do espaço em conflito. Oliveira (2004) é taxativo ao afirmar que “a desterritorialização é uma desnacionalização da política e uma despolitização da economia.” (OLIVEIRA, 2004, p.8). Um estratagema ideológico indissociável da idéia de eficiência. A participação do Estado estaria alçada na representação de uma “comunidade ilusória”, pois “são as relações de produção que determinam a existência do Estado e o uso da força.” (LIPIETZ, 1988, p. 151).

O alinhamento estatal ao avanço irrestrito do capital, será mais uma etapa vencida no processo de acumulação, subordinando as vantagens estáticas⁸ a um âmbito espacial, corolário de um ambiente propício para a reprodução do capital. Enquanto “comunidade ilusória”, o Estado será um ator no domínio e organização do espaço, um receptáculo no atendimento dos interesses da classe que melhor lhe aprouver, podendo haver a necessidade de uma coalizão de classes para dar vazão ao poder de representatividade das classes dominantes, este, encilhado nos laços de dominação e coação pelo capital. O capital se faz seletivo na apropriação ou desterritorialização do espaço, atenderá a critérios de eficiência e se municiará também de vantagens extra-locanionais como subsídio a projetos de implementação.

Constatou-se anteriormente como as relações de produção se inserem nas contradições e desníveis entre as regiões, especificamente, em que base se sucedeu a formação da estrutura produtiva em São Paulo e as limitações nordestinas no alcance ou transplante dessa estrutura (paulista), servida por relações de produção mais avançadas, o que é

Compreender que são as contradições que as espacialidades próprias das relações de produção encerram que determinam a eficácia da espacialidade política e sua articulação às outras espacialidades: mais precisamente, as funções de organização do território e de ação regional. (LIPIETZ, 1988, p. 151).

O alcance de uma política de desenvolvimento nacional passará por um processo indesejado de deterioração com a prática de inúmeras estratégias de planejamento que inflaram as diretrizes aderidas com uma política regional autônoma, agravado na adoção do ideário neoliberal e na crise do endividamento dos estados. O Estado-região “sobrepua” gradualmente o Estado-nação, quando as políticas regionais são desmobilizadas com o crescente escamoteamento exercido pela adoção de políticas concentradoras (compartimentalizadas regionalmente), não somente concentradores de renda, mas, também, em termos de distribuição espacial, e, em se tratando de Nordeste, centradas, fundamentalmente, em dois centros urbanos, Recife e Salvador.

⁸ Refere-se à estrutura de governança desses âmbitos espaciais, o padrão de organização local, a capacidade de organização econômica, social e institucional que um território ou região adotam.



A formação e consolidação do pólo petroquímico da Bahia na década de 70 e o avanço do setor industrial em Pernambuco transmitem a especialização industrial e a concentração espacial no Nordeste, teremos dois dos mais importantes pólos de crescimento da região, com ressalvas para seus efeitos encadeantes, já que “estes dificilmente assumiriam um papel de pólos (no conceito de perroux), entendendo por tal uma maior articulação e interdependência da atividade industrial gerando efeitos em cadeia.” (MOREIRA, 1979, p. 148).

Diante dessa perspectiva, segue no Nordeste uma desconcentração espacial, dispersa do marco geral do sistema nacional, calcada nos laços de dependência para com o setor industrial do Centro-Sul. Além de dispersa da unidade nacional, o processo de desconcentração se consolidará de fora para dentro na região, com a criação de filiais ou subsidiárias modernas das empresas localizadas no Centro-Sul, financiadas com recursos provenientes de projetos “aprovados pela SUDENE até 1970, que em geral são otimistas, buscando uma maior obtenção de recursos dos incentivos do 34/18.” (MOREIRA, 1979, p. 146).

A partir de 1968 cresce a motivação nacional para o direcionamento das políticas públicas nas áreas e setores mais adaptados aos critérios de “racionalidade” e “eficiência” no sistema nacional. A industrialização no Nordeste, de acordo com esses critérios, se fazia antieconômica, na medida em que suas inversões desconcentravam recursos que poderiam ser alocados para áreas e setores de consolidado potencial dinamizador, como os verificados no Centro-Sul do país.

Ao longo da década de 70, um “projeto” de desenvolvimento regional passará por uma perspectiva nacional, com a visualização compatibilizada dos planos, não necessariamente se orientando nas especificidades do Nordeste para uma estratégia regional dentro de uma estratégia nacional. A consolidação de um modelo de desenvolvimento adotando políticas aceleracionistas seria mais que a representação de uma etapa do processo regional, inserida na ótica das possibilidades em comum acordo com as necessidades da economia nacional.

Assumia assim, um papel de complementarização da indústria do Centro-Sul, as indústrias implantadas no Nordeste. limitações locais foram desnudadas, como as apresentadas pelo empresariado da região em participar dos investimentos na área de indústrias de transformação, como o pólo petroquímico da Bahia. Em áreas complementares e intercalares da mesma indústria, investimentos de grande monta, notadamente de exclusividade da grande empresa estrangeira, já em fins da década de 60, complementados por políticas econômicas em outros setores da empresa nacional e da pequena e média indústria, estavam distantes da realidade de inversões do empresariado local. Outra característica

É a de que os grupos investidores no Nordeste eram os mesmos que lideravam a economia brasileira. É sobretudo insignificante, por exemplo, a participação de grupos da região nas inversões típicas do processo, ou seja, com a utilização dos recursos do 34/18. Talvez estes grupos estivessem vinculados mais à pequena empresa e média empresa, que por seu baixo volume de inversão por unidade, não se beneficiavam do 34/18, mas buscavam outros esquemas de financiamento bancário. (MOREIRA, 1979, p. 112).



A “questão Nordeste” ainda se arrastava como o amálgama das contradições regionais no país, a preocupação sobre o rumo das políticas que orientavam a industrialização nordestina repercutiu em programas de integração nacional, diminuindo a ênfase dada a industrialização, voltando as estratégias governamentais para o setor agrícola, uma forma velada de reconhecimento das limitações da região no alcance de um crescimento industrial como solução para o abismo nordestino.

Com o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Fomento para a Indústria Agrária do Norte e do Nordeste) em 1971, a perspectiva da formação de uma agricultura diversificada de infra-estrutura modernizante propagou a necessidade de maior introyeção do capitalismo no setor, haveria maior disponibilidade de terras com a intervenção tecnológica, na prática não houve mudança significativa no desenho fundiário, preservando o sistema formalizado na grande propriedade. Um aspecto bastante controverso e passível de questionamento é a forma como se daria o processo de redistribuição de terras, um plano *suigeneris*, pois responderia aos proprietários de terras, com os ganhos de produtividade na agricultura (poupadora de terras), a tarefa de “redistribuir” terras.

Mesmo diminuindo a necessidade de uma agricultura extensiva com a adoção de práticas tecnológicas mais avançadas, o destino da terra “disponível” ainda gerará várias incongruências com os nobres objetivos do plano, pois as terras “sobrantes” eram terras produtivas, com valor de mercado, mais vantajoso seria especulá-la através da negociata com o capital, não representando interesse do proprietário de terra financiá-las ou vendê-las para o pequeno e médio agricultor, o que implicaria na perda de parte da soberania do latifúndio sobre o estoque de mão-de-obra disponível.

Além de uma redistribuição de terras, o plano preconizava a geração de emprego, ampliação do mercado interno e a expansão da “fronteira”, pelo visto, a velha estrutura agrária nordestina saiu ganhadora, persistirá o abismo sócio-econômico com o alto poder concentrador dos pólos de desenvolvimento, que se mostram pouco agregadores de capital social.

A consagração dos desequilíbrios regionais do país, antes poderia representar um meio para se rever uma estratégia política integrada de desenvolvimento regional, e não um fim, processado pela crescente especialização regional, supervalorizada nas dotações físico-naturais da Região, na centralização e captura do espaço pelo capital.

Assiste-se a um processo de homogeneização do espaço dentro da perspectiva de uma divisão regional do trabalho nas diretrizes de uma política regional especializada. O complexo petroquímico da Bahia será um referencial ideológico para se criar novas perspectivas para uma consolidação industrial na Região. Senão apresenta um amplo processo de auto-sustentação, enfrentando limitações na articulação e no encadeamento regional, se consagra como um empreendimento dotado de potencialidade de crescimento adequado às perspectivas de racionalidade econômica e eficiência no plano aceleracionista de crescimento do produto nacional.

O espaço está longe de ser algo incólume ou neutro, sua dimensão política irá organizar o domínio imposto sobre os homens, antes de garantir os interesses da sociedade, irá referendar a estabilidade dos laços de dominação das classes regentes pelas relações



contratuais, envolvendo o uso e a posse institucional do espaço, o espaço funciona mais como uma relação de mercado regido por um processo de liquidez e criação de infraestrutura que abrigue a reprodução do capital. Na medida em que o planejamento molda uma atmosfera propícia para a recorrência ao capital estrangeiro essa

Assim chamada teoria do planejamento toma por premissa uma definição de necessidades estranha à sociedade em questão, tornando-se impossível, por este próprio fato, qualquer modelo de desenvolvimento nacional. (SANTOS, 1979, p. 6).

Estaríamos nos aproximando de uma lei espacial do valor? Poderíamos imaginar que a noção de espaço, como *locus* de dominação dos interesses do capital enquadraria a sociedade em um jogo definido pela relação produto-trabalho, um fracionamento do processo social de produção entre o capital total e os vários segmentos da mão-de-obra total, “o espaço total se organiza, em função do processo produtivo mas também em função da forma que o capital utiliza para realizar mais-valia” (CALABI & INDOVINA, 1973, p.10).

Um processo de organização espacial que não seja ditado pelos interesses do capital e que corresponda às necessidades da sociedade deverá aplinar critérios redistributivistas de renda e de justiça territorial, um novo modelo que contraponha as soluções práticas do planejamento regional sob a ótica do crescimento econômico introjetado por capitais.

No regime de concentração do capital, a apropriação do excedente parece seguir uma trajetória óbvia, pois “no regime capitalista, onde a lei fundamental é da acumulação do capital na velocidade máxima, os fluxos de excedente não podem convergir senão para onde se encontram os mecanismos mais eficazes para sua multiplicação.” (SANTOS, 1979, p.127).

5. CONCLUSÃO

Utilizando a interdisciplinaridade como instrumental analítico na abordagem do tema proposto, focamos na evidência da lacuna existente entre o direcionamento das políticas regionais, via especialização produtiva crescente, e o alcance de um plano nacional integrado de desenvolvimento regional. Passamos pela formação da estrutura produtiva nordestina, e entendemos, através de seus laços pré-capitalistas nas relações de produção, um constructo criador de um cenário pródigo em atraso, ao passo que em São Paulo, com o avanço do seu complexo agrícola provido de relações de produção capitalistas mais avançadas, irremediavelmente tornara-se um centro atrator e concentrador de capitais, consolidando o processo de concentração através da industrialização pesada na década de 50.

Na década de 70, avolumou-se a dívida financeira e fiscal do estado, com os grandes projetos das políticas aceleracionistas e de forte adesão ao capital estrangeiro. O centralismo fiscal surge como parte do projeto de compatibilização das políticas públicas de acordo com as necessidades nacionais, não necessariamente representando estratégias



para o atendimento das especificidades locais dentro das estratégias nacionais, vimos, mesmo que teoricamente, ou empiricamente, o alto poder concentrador dessas políticas na Região Nordeste, voltando as inversões para regiões estrategicamente mais eficientes, com amplo aproveitamento das dotações físico-naturais da Região e baixo aproveitamento e absorção de mão-de-obra local.

Já no período neoliberal, abordamos o esvaziamento estatal com a prática do Estado mínimo e com políticas desmobilizadoras de um desenvolvimento nacional integrado, critérios de eficiência guiados pela racionalidade econômica, especializarão as Regiões com a maximização das potencialidades locais, homogeneizando o espaço através do capital que se reproduz. O desequilíbrio regional segue com a concentração de capital, excludente da equidade, assistimos a exarcebação de arranjos produtivos locais, tentando resgatar e interagir o capital social no espaço, perdido em meio à microinstâncias, longe de planos de coordenação mais gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Brasília, DF: Revista Planejamento e políticas públicas, IPEA, no. 14. dez/1996.
- AZZONI, C. R. **Teoria da localização**. São Paulo: USP-FEA, 1982.
- BECKER, D. F. **A economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo**. In: BECKER, D. F. e WITTMAN, M. L. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2ª. Ed.. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC. pp. 37-66, 2008
- BRANDÃO, Carlos. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- CALABI, D. e INDOVINA, F. **Sull'uso capitalistico del territorio**. Franco Angeli editore, 1973 (Archivio di studi urbani e regionali, nº 2).
- CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- _____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª. Ed. Campinas, SP: UNICAMP - IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 1).
- CARVALHO, E. B. S. **Arranjos produtivos locais e a redução da pobreza no Ceará**. Texto para Discussão No. 63. Fortaleza, CE: IPECE, 2009.
- CARVALHO, F. F. **Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste**. Campinas, SP: UNICAMP – IE, 2001 (Tese de Mestrado).
- FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.



- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª. Ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1998.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HOLLAND, S. **Capital versus the regions**. London: Macmillan, 1976.
- _____. **Spatial inequalities and regional development**. Boston: N. Nyhoff, 1979.
- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOPREATO, F. L. C. **O endividamento dos governos estaduais na década de 90**: Campinas, SP: UNICAMP – IE, 2000 (Texto para Discussão n. 94, mar. 2000).
- MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento regional em crise**: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil nos anos 90. Campinas, SP: UNICAMP – IE, 2005 (Tese de Doutorado).
- MORA, Mônica. **Federalismo e dívida estadual no Brasil**: Campinas, SP: UNICAMP – IE, 2002 (Texto para Discussão n. 866, mar. 2002).
- MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro**: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. **As contradições do Ao**: globalização, Nação, região, metropolização. Belo Horizonte: UFMG-CEDEPLAR, 2004.
- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1998.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rido de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- SILVA, M. L. da e APOLINÁRIO, V. **Arranjo produtivo de bordados: Caicó-RN**. Out/2006. Disponível em www.sinal.redesist.ie.ufrj.br Acesso em 05/jan/2010.